

M.'. Q.'. I.'. Presidente do Congresso, M.'. Resp.'. Grã-Mestra
M.'. Resp.'. CCFF.'. II.'. e II.'. Dignitárias (os) que decoram o
Or.'. II.'. Dep.'. II.'. e II.'. em vossas qualidades

Justiça e Paz Social

Congresso da GLFP de Setembro de 6011

A prancha foi elaborada tendo em conta o contributo das Lojas da GLFP

1.

Se há conceito que tenha sido amplamente trabalhado, ao longo da história do pensamento é precisamente o conceito de justiça, tradicionalmente representado por uma figura feminina, de olhos vendados (símbolo da sua imparcialidade); com uma espada (símbolo da força de que dispõe para impor o direito) e uma balança (que simboliza a ponderação do interesse das partes). Na multiplicidade de sentidos para justiça são apresentadas noções que vão desde uma *justiça cósmica*, onde cada coisa, segundo uma lei reguladora da ordem universal, assume o lugar adequado ao seu fim; uma *justiça divina* que expressa a infalível perfeição da vontade de Deus; uma *justiça universal* enquanto virtude ética ou bondade moral plenas; uma *justiça particular* que diz respeito às relações sociais e ao hábito da vontade que inclina o ser humano para dar a cada um aquilo a que tem direito, até ao sentido *funcional* e *institucional* que se desenvolve na atividade jurisdicional ou de administração da justiça e se concretiza em normas, leis e princípios reguladores da vida social, política e jurídica.

2.

Fazendo uma breve síntese histórica, encontramos em Platão, mais precisamente em *A República*, a consideração da justiça como virtude global, uma combinação harmoniosa das três virtudes maiores,

Sabedoria, Coragem e Temperança, que se deveria desenvolver no indivíduo como *micropólis – microcomunidade*; e na sociedade política como *macroanthropos – macrohumanidade*, o que significaria a realização da *máxima universalidade na máxima individualidade*. Deve-se a Aristóteles (*Ética a Nicómaco*) a concepção da justiça como virtude, particular ou universal, de natureza exclusivamente social e dizendo respeito à repartição igualitária dos bens entre os seres humanos. O Direito Romano consagra a tradição aristotélica dando uma expressão prática às noções de justiça, como “*constante e perpétua vontade de dar a cada um o seu direito*” e de jurisprudência, como “*conhecimento das coisas divinas e humanas, ciência do justo e do injusto*”. Tendo em atenção os contributos precedentes, mais tarde, São Tomás de Aquino, num contexto teológico-moral (*Suma Teológica*), desenvolveu a noção de justiça como “*um hábito segundo o qual, com constante e perpétua vontade, se dá a cada qual o seu direito*”.

3.

Dos desenvolvimentos enunciados destaca-se a dupla dimensão, subjetiva e objetiva, da justiça, uma vez que exige a disposição subjetiva do agente, mas consiste numa virtude objetivamente medida pela coisa que é devida. Nesta dupla dimensão enquadram-se as características fundamentais da justiça como: a alteridade, porque diz respeito ao “outro”, à diversidade de sujeitos que estabelecem relações entre si; a exterioridade, porque implica ações ou coisas exteriores que os seres humanos podem comunicar entre si; a obrigatoriedade, dado que o objeto da justiça é, em sentido estrito, um débito que o sujeito A tem a obrigação de satisfazer e, correlativamente, o sujeito B o direito de exigir; finalmente, a característica da igualdade de oportunidades assim como, em contextos de benefício dos mais desfavorecidos, a introdução de desigualdades na distribuição da riqueza.

A noção de justiça corresponde, assim, a um equilíbrio da liberdade individual com a solidariedade social, numa articulação do bem comum com o interesse dos indivíduos particulares, tornando-se uma condição, se não suficiente, pelo menos necessária da paz social. Sem a pretensão de se estabelecer uma relação de causa e efeito, podemos afirmar que uma sociedade onde não se verifique a repartição proporcional dos bens entre os seres humanos, segundo um critério de equidade, dificilmente

viverá um ambiente de paz social. Por isso, a discussão contemporânea se centra na concepção de justiça social ou justiça como equidade que surge como a condição *sine qua non* da eficiência e estabilidade sociais. A justiça é, por isso, considerada a virtude primeira e está para as instituições sociais assim como a verdade está para os sistemas de pensamento. O que torna compreensível os casos crescentes de indignação e de revolta com que diariamente, um pouco por todo o mundo, somos confrontados.

4.

Multiplicam-se os sinais de inquietação na sociedade e os sintomas de insatisfação dos cidadãos perante a ditadura dos mercados financeiros, manipulados por instituições transnacionais, sem rosto e de difícil responsabilização, que, paulatinamente, vai minando a estabilidade dos Estados democráticos. Se é verdade que nunca se produziu tanta riqueza, não é menos verdade que a sua distribuição nunca foi tão desigual, levando à concentração dessa riqueza em poucas mãos e em detrimento de um quarto da população mundial que vive na miséria. Cresce o sentimento de injustiça social, alarga-se o fosso entre ricos e pobres, desaparece a classe média e com ela o motor do progresso, aumenta a intolerância face aos migrantes, sucumbe o Estado Social, agrava-se a exclusão dos mais frágeis, desvalorizam-se os direitos humanos, ignora-se a ética, corrompe-se o equilíbrio ecológico, arruína-se a sustentabilidade do planeta. E, no entanto, tecnologicamente, o mundo evoluiu de forma ímpar no último século, trazendo à luz do dia a contradição intrínseca à própria humanidade, à qual a imagem da criança que manipula brinquedos perigosos se adequaria perfeitamente. *O el dorado* prometido poderá inverter-se para uma trajetória de definhamento que acentuará o desequilíbrio global e poderá afetar definitivamente a prosperidade e a paz social, se uma nova resposta das sociedades democráticas não for encontrada. A natureza das ameaças e a incapacidade de uma reação à altura, por parte do coletivo, têm conduzido a uma atitude individualista, com base numa competitividade exacerbada, sobretudo, entre os mais jovens, que pode pôr em causa os princípios que norteiam a solidariedade. Vivemos numa sociedade desestruturada, com lideranças frágeis e onde as redes sociais e as

tribos digitais tendem a substituir as instituições representativas e os processos de comunicação tradicional, deixando os olhares focados na ilusão da separatividade que acarreta a angústia da solidão.

Mas a manifestação paradoxal da humanidade faz com que assistamos, paralelamente, a uma participação crescente, à escala mundial, de Organizações Não Governamentais com uma nova visão transfronteiriça, como é o caso da Amnistia Internacional, os Médicos sem Fronteiras, a *Greenpeace*, que foram paradigmáticas no despertar da opinião pública, por exemplo, para a causa dos Direitos Humanos e de uma Ética Ambiental. Por outro lado, com a finalidade de promover a justiça e a paz social, a Conferência das Comissões de Justiça e Paz da Europa lançou um apelo a todos os Estados europeus para que se comprometessem com as ações necessárias à “luta contra a pobreza e a exclusão social”, tendo sido declarado o ano de 2010 como o “Ano Europeu para a luta contra a pobreza e exclusão social”.

5.

Podemos questionar-nos: o que vivemos é apenas do nosso tempo ou em todos os tempos existiram sinais semelhantes, dado que o tempo é sempre o tempo da humanidade? Neste sentido, cada circunstância histórica seria apenas uma roupagem de algo que é fundamental, subterrâneo, anterior e universal. Para ilustrar esta ideia servimo-nos da história do anel de Gíges, contada por Platão, em *A República*: *“Gíges [aparentemente um homem justo] era um pastor que servia em casa do então soberano da Lídia. Devido a uma grande tempestade e tremor de terra, rasgou-se o solo e abriu-se uma fenda no local onde ele apascentava o rebanho. Admirado ao ver tal coisa, desceu por lá e contemplou (...) um cavalo de bronze, oco, com umas aberturas, espreitando através das quais viu lá dentro um cadáver, aparentemente maior do que um homem, e que não tinha mais nada senão um anel de ouro na mão. Arrancou-lho e saiu. Ora, como os pastores se tivessem reunido, da maneira habitual, a fim de comunicarem ao rei, todos os meses, o que dizia respeito aos rebanhos, Gíges foi lá também, com o seu anel. Estando ele, pois, sentado no meio dos outros, deu por acaso uma volta ao engaste do anel para dentro, em direção à parte interna da mão, e, ao fazer isso, tornou-se invisível para os que estavam ao lado, os*

quais falavam dele como se se tivesse ido embora. Admirado, passou de novo a mão pelo anel e virou para fora o engaste. Assim que o fez, tornou-se visível. Tendo observado estes factos, experimentou, a ver se o anel tinha aquele poder, e verificou que, se voltasse o engaste para dentro, se tornava invisível; se o voltasse para fora, ficava visível. Assim senhor de si, logo fez com que fosse um dos delegados que iam junto do rei. Uma vez lá chegado, seduziu a mulher do soberano, e com o auxílio dela, atacou-o e matou-o, e assim se assenhoreou do poder”.

Minhas Il.ª., perguntamos: tanto o justo como o injusto sucumbiriam facilmente à ambição, se a circunstância de invisibilidade perante a norma e a lei o permitisse? Será apenas a convenção, como mostra esta pequena história, o principal motivo de respeito pela justiça? Será possível, pelo contrário, desenvolver-se um *ethos*, um carácter, com o firme e efetivo desejo de agir de forma justa; um *ethos* imune à cobiça, à suspeição, ao ressentimento, à cobardia que minam os laços de civilidade e de fraternidade entre os seres humanos?

O caminho do iniciado, lavrado numa pedagogia para além do espaço e do tempo e das idiossincrasias socioculturais, diria sim; sim ao imaginar um tal *ethos*, mesmo que não saibamos quando possa vir a ter lugar, mas que se constitui como linha de um horizonte de amplitude e de liberdade. No recato silencioso do coração de cada ser humano residirá, provavelmente, o segredo dos males que afligem a humanidade de todos os tempos, numa espécie de variações sobre o mesmo tema, sendo que a causa, como defendemos, é a ignorância. Não uma ignorância do tipo intelectual facilmente removível pela informação, mas uma ignorância existencial, tomadora do ser na sua totalidade, removível apenas por uma sabedoria prática ou iniciática. As cadeias ou grilhões são, por isso, um dos símbolos mais recorrentes para essa ignorância existencial que aprisiona o ser humano e que a Maçonaria tem combatido, como prova o seu longo historial de intervenção social, nomeadamente, no que respeita à educação, à liberdade e proteção dos mais desfavorecidos. Por essas razões, a Maçonaria poderá vir a ocupar a linha da frente em defesa da Luz, da dignidade e fraternidade na complexidade do mundo globalizado, na projeção de uma nova visão de futuro capaz de inverter o vórtice que o mundo enfrenta neste princípio de século em que a Paz parece profundamente ameaçada.

Queridas Il.'.,

É verdade que seríamos ingénuos se pensássemos poder mudar o mundo só com as nossas palavras; e talvez ainda mais ingénuos se pensássemos ser fácil modificar-nos a nós próprios apenas numa manhã, numa tarde ou numa qualquer noite extra-ordinária. Contudo, confiantes na Real natureza do Ser, é possível seguirmos o caminho do auto conhecimento ou do re-conhecimento da verdadeira identidade. Talvez não consigamos tudo de uma só vez; talvez consigamos apenas dizer em cada dia:

Pelo menos hoje havemos de praticar por todas as formas a justiça e a sabedoria;

Pelo menos hoje havemos de nos tornar dignos

Pelo menos hoje havemos de ser felizes.

Disse

Setembro, 6011